

O planejamento da questão ambiental nas hidrelétricas

Maria Tereza Jorge Pádua

O Brasil é um país de enorme potencial hídrico. É o terceiro do mundo. A hidrelétrica de ainda é mais barata que a energia nuclear, mas a resistência à construção de grandes hidrelétricas vem aumentando. Por quê?



Porque se errou muito na construção das primeiras hidrelétricas na Amazônia brasileira, quer seja em Curuá-Una, quer seja em Tucuruí ou o enorme erro que é Balbina.

Não se consideraram as populações indígenas, o meio ambiente ou os impactos negativos e tampouco como minimizá-los na fase do inventário.

É tradição do setor não retirar a biomassa vegetal da bacia de inundação por problemas técnicos e econômicos. A fauna silvestre então, também, é prejudicada.

A retirada de animais de última hora para uso biomédico ou outros fins científicos não deve ser combatida. Mas tem de ficar claro, por respeito ao público e à comunidade científica, que o "salvamento" com a reintrodução em ambientes equilibrados pode provocar mais mortes que as daqueles animais reintroduzidos, pela dificuldade de formação de novos grupos, pela competição de área territorial, pela ocupação de nichos ecológicos já equilibrados ou, ainda, pela alimentação ou por doenças adquiridas no manuseio.

As tão denunciadas hidrelétricas irão inundar 1,3 milhão de hectares da Amazônia brasileira até o ano 2000, além dos 600 mil hectares de usinas já construídas e em operação. Parece pouco ao se comparar com a enormidade da extensão territorial da Amazônia, mais de 500 milhões de hectares — a legal tem cerca de 280 milhões de hectares, constituídos de mata densa de terra firme. Mas as hidrelétricas barram rios, inundam lagos e lagoas marginais, impedem a reprodução de muitos peixes, provocando, pois, empobrecimento da diversidade genética de toda a cadeia trófica.

A usina de Balbina inunda cerca de 256 mil hectares, para gerar tão-somente 250 mil quilowatts ou 250 megawatts. É a pior conversão quilowatt/hectare do Brasil, representando, pois, o quilowatt mais caro produzido pelo setor, cerca de US\$ 4,08. O de Tucuruí custa US\$ 2,05.

A bacia de inundação não foi desmatada. Inunda-se com a floresta. A consequente produção de gás sulfídrico interferirá prejudicialmente na fauna silvestre, bem como na própria corrosão do aço das turbinas.

A renovação da água será de treze em treze meses e a profundidade média do lago é de 6 a 7 metros. Tudo indica, pois, que principalmente a fauna será afetada, em especial a ictiofauna.

Lagos sucessivos em um mesmo rio ou bacia são extremamente danosos à flora e à fauna silvestre. Por que não se pensar em deixar pelo menos 50% dos afluentes de um rio, de uma bacia ou microbacia sem nenhum aproveitamento? Pelo menos os peixes e outros animais teriam onde se reproduzir.

O Brasil assiste, em termos de hidrelétricas, a duas situações bem distintas: construção em ambientes já profundamente alterados por ações antrópicas e construção em ambientes de matas prístinas.

O setor hidrelétrico tem realizado alguns trabalhos exemplares na área de meio ambiente, evidenciando que é plenamente possível produzir energia elétrica e, através de medidas compensatórias, alcançar progressos na conservação da natureza. Um dos melhores trabalhos de ictiofauna empreendidos no País está sendo realizado por Itaipu.

Todos nós queremos o desenvolvimento, a melhoria de qualidade de vida da nossa gente e a energia.

Detemos o conhecimento de como planejar e executar melhor. Faltam decisões políticas, principalmente aquela de investir recursos com meio ambiente e conservação da natureza. Afinal é mais fácil e mais barato prevenir do que reconstruir.

Maria Tereza Jorge Pádua é presidente da Funatura e, em 1982, foi Prêmio Jean Paul Getty de Conservação da Natureza.